

195 O domínio masculino não foi sempre pacífico nem universalmente aceite: algumas notas sobre as mulheres na Idade Média

MARIA FILOMENA LOPES DE BARROS

203 As Mulheres e a Igreja

MARIA LUÍSA RIBEIRO FERREIRA

211 Género y Maternidad subrogada

MARIA TERESA LÓPEZ DE LA VIEJA

221 Educar os filhos de alguns. A teoria educativa de Locke na prática de Joana Rousseau de Villeneuve.

MARIA TERESA SANTOS

239 Tu e *Ela*, Nós

MARIJKE DE KONING

249 Em Busca de uma Pedagogia da Igualdade – Visão e estratégia em Fernanda Henriques.

TERESA PINTO

TEMAS DE UMA VIDA – ÉTICA: JUSTIÇA E CUIDADO

259 Un mestizaje de Vulnerabilidad y Autonomía

ADELA CORTINA

265 Banalidade e existência inautêntica. Uma reflexão a propósito de Hannah Arendt.

IRENE BORGES-DUARTE

273 Do Cuidado de Si ao Uso de Si. Diálogo entre Foucault e Agamben.

JOSÉ CASELAS

283 Ética e cidadania: uma equação social desigual

MANUEL LISBOA

289 A ética como fuga ao trágico: Aristóteles e o Rei Édipo

MARIA ADELAIDE PACHECO

301 Do cuidado como injustiça

MARIA DO CÉU DA CUNHA RÊGO

311 Cinco reflexões em torno da importância do pensamento de Jürgen Habermas para a teoria política internacional

SILVÉRIO DA ROCHA-CUNHA

Educar os filhos de alguns. A teoria educativa de Locke na prática de Joana Rousseau de Villeneuve

MARIA TERESA SANTOS

Professora auxiliar no Departamento de Filosofia, Universidade de Évora. Investigadora do CIDEHUS.

Nota de abertura

Na Universidade de Évora, Fernanda Henriques foi a introdutora dos *Estudos sobre as Mulheres*, enquanto matéria epistemologicamente sustentável, e deu a entender que essa introdução era ‘como que’ um compromisso intelectual e moral de responsabilidade comum. E se uso aspas simples ao escrever ‘como que’ é para dissociar os termos ‘compromisso’ e ‘responsabilidade’ da ideia de militância ideológica, pois tão só pretendo dar conta duma energia intelectual invulgar e fixar a marca duma docência que abriu espaço académico para o estudo da obra de filósofas e que a partir da Filosofia dialogou com outras áreas do saber, de modo a resgatar o pensamento, o discurso e a acção das mulheres. Diálogo cerzido com argumentos, ao qual muitas/os docentes aderiram e a partir do qual seguiram vias próprias; diálogo aberto concretizado em cursos, projectos multidisciplinares, encontros académicos e publicações, ultrapassando os limites da própria Universidade.

Dado o enquadramento, resta-me, para este livro de homenagem a Fernanda Henriques, propor algo que se integre nos Estudos sobre as Mulheres. Optei pela leitura de *A Aia Vigilante*, livro de Joanna Rousseau de Villeneuve, publicado em 1767. Na opção convergem duas razões, desniveladas uma da outra. Começo por referir a razão simbólica. Do livro, catalogado de raro, encontra-se um exemplar na Biblioteca Pública de Évora. E a Biblioteca representa para a Universidade de Évora um rasgo da memória intelectual e docente do seu primeiro período, que vai de 1559 (inauguração) a 1759 (ano de encerramento), pois nela se conservam algumas obras e apostilas desse período. A evocação das duas instituições, fisicamente próximas, ganha assim valor simbólico. Todavia, por derivação associativa, também o próprio livro evoca a história dramática da Universidade. A autora – Joanna Rousseau de Villeneuve – foi aia dos filhos¹ do conde de

1 O livro visa a formação de crianças pertencentes à elite e destinadas ao cumprimento, directo ou indirecto, de altas funções, como era expectável dos filhos e filhas do Conde de Oeiras. Deixo os nomes: Henrique José de Carvalho e Mello, Teresa Violante Eva Judite de Daun, Maria Francisca Xavier Ema Anselma de Carvalho e Daun, José Francisco Xavier Maria de Carvalho Mello e Daun, Maria Amália de Carvalho e Daun. O primeiro filho nasceu em Janeiro 1748 e a última filha em Agosto de 1756, datas que permitem estimar o tempo passado por Joanna de Villeneuve ao serviço do Conde. Deve ter começado em 1748, ou no ano seguinte, e permanecido, pelo menos, até à data de publicação do livrinho, quando a filha mais

Oeiras², precisamente quem determinou o encerramento da instituição eborense que demoraria dois séculos a reabilitar o seu uso académico.

A segunda razão é difícil de classificar pois combina interesses de ordem filosófica, pedagógico-política e feminista, uma vez que o livro permite ser abordado nestas três perspectivas, não obstante diferirem em consistência e intencionalidade redactorial. Nele ganha prioridade a ordem educativo-política que subentende a preocupação deontológica para com a educação do futuro cidadão do Estado. Se bem que os termos ‘deontologia’ e ‘cidadania’ não estejam expressos, Joana de Villeneuve apresenta a Aia como pessoa com deveres sócio-políticos e com fundamentação epistémica, a quem se reconhece autoridade profissional. Neste texto opto por pôr em evidência duas facetas de Joanna de Villeneuve: a autora e a leitora. Autora com intencionalidade enunciativa e com segurança propositiva, num século em que a literatura pedagógica deixava de ser dominada por homens; leitora de John Locke (1632-1704), capaz de dar sentido prático à sua filosofia educativa. Ela representa o tipo de leitora que busca fundamentos e que põe na mesma plataforma interpretativa a teoria elaborada e a observação, prática e reflexão pessoais.

O presente texto é formado por um conjunto de notas correspondentes a momentos distintos de investigação e abordagem. Demora-se na contextualização por necessidade de recolher dados dispersos a fim de esclarecer a identidade da autora e compreender o sentido de oportunidade e conformidade política do livro. Segue-se a aproximação de Villeneuve ao pensamento educativo Locke. A influência deste é evidente mas a autora acrescenta-lhe uma camada de mistura interpretativa e experimentada: uma, a circularidade reelaborativa entre ler, pensar, observar, experimentar, o que define a actividade educativa; outra, a defesa de uma educação “natural e livre” (Villeneuve, 1767, p.116). E se o seu pensamento é devedor a Locke, Locke fica-lhe a dever a transposição para o plano prático das ideias que fixou no plano teórico.

Em suma, trazer Joanna de Villeneuve para este texto ganha sentido a partir da seguinte afirmação de Fernanda Henriques: “(...) apesar de toda a invisibilização, não foi possível fazer desaparecer [as mulheres] da história das ideias e da cultura” (Henriques, 2010, p.19).

Nota biográfica: os dados e para além dos dados

É escassa a informação biográfica disponível sobre Joanna Rousseau de Villeneuve. A escassez não surpreende por a invisibilidade pública se impor às mulheres como condição

nova tinha 10 a 11 anos de idade, pois a aia assumia o posto logo após o desmame e terminava sua tarefa entre os 7 e 10 anos de idade da criança, quando passava para o mestre ou tutor. Dado que o Conde deixou Viena a 3 de Setembro de 1749 (COELHO, 2003, p. 28), quando o primeiro filho tinha 17 meses de idade, é provável que Joanna de Villeneuve tenha sido contratada na cidade austríaca.

2 Posteriormente Marquês de Pombal, titulação decretada a 16 de Setembro de 1769. Doravante também será referido por este título.

de modéstia³. Acresce que esta mulher trabalhava como aia na segunda casa política de setecentos, precisamente a casa de Sebastião José de Carvalho e Mello, Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino. Convinha resguardar do olhar público tudo o que pudesse deixar transparecer a gestão da economia doméstica e a intimidade familiar. Todavia esta hipótese proteccionista da vida privada tem força afirmativa relativa quando posta ao lado do que se me afigura ser o objectivo político da publicação do livro: reformar a educação doméstica de crianças da aristocracia portuguesa, tendo como modelo a educação dada em casa aos filhos do futuro Marquês de Pombal. Voltarei mais tarde ao assunto.

Que dados biográficos se podem recuperar? No Dicionário Bibliographico Portuguez, de Innocêncio da Silva (1883, tomo. X, p. 144)⁴ existe um verbete que apenas relaciona o nome da autora ao nome do livro e repete a informação mínima dada por ela mesma no Prólogo de *A aia vigilante*: nacionalidade francesa e aia de profissão. As obras dicionarísticas mais recentes nada adiantam (Reis & Lopes, 2002; Andrade, 1999) e a pesquisa de arquivos paroquiais franceses disponíveis na ‘internet’ também nada avança de esclarecedor⁵. Apesar de não se acrescentar qualquer novidade aos dados biográficos conhecidos, importa insistir no que está para além dos dados, isto é, a sobreposição da biografia relativamente à obra e a notícia avulsa da obra. Em termos gerais, em Portugal, os estudos sobre as mulheres incidem preferencialmente em trajectórias individuais, pontualizadas como excepção e associadas à produção artística (escritoras, pintoras, ...) ou a retratos aristocráticos (rainhas, princesas, ...). Só recentemente se começou a tecer um discurso de carácter integrativo sobre a presença, o percurso, a produção, as fun-

-
- 3 A modéstia é uma categoria ambígua por ser evocada para protecção pública das mulheres e por justificar a sua dependência. Vasquez considera que a modéstia, reforçada pela ocultação e pelo silêncio, faz parte de uma “complexa estratégia de ocultação baseada, precisamente, na criação de umha imagem pública” (VASQUEZ BELLO, 2005, p.135). No caso das mulheres cultas de classe social superior, ou associadas a essa classe, o objectivo da modéstia consiste na “acumulação de capital simbólico em função da origem social e da adopção de normas estritas de comportamento, que neutralizem qualquer intento procedente de pessoas de inferior classe social (...) por desprestigiar o bom nome da dama em questão. Falamos em «desprestígio» porque o estrito código de conduta exigido às mulheres convertia qualquer indiscrição em um motivo de censura (*ibid*, p.135).
 - 4 Transcreve-se a nota biográfica: “D. Joanna Rousseau de Villeneuve, de nação francesa, mas residente em Lisboa, onde parece exercer a profissão de aia, ou mestra, em casa de pessoa grada n’esta capital” (SILVA, 1883, X, p.144). cujo nome não aparece registado nos livros de despesa da casa de Marquês, integrados na colecção pombalina adquirida pela Biblioteca Nacional e composta por vários papéis do arquivo pessoal.
 - 5 Todavia os apelidos da autora suscitam interesse. Ambos se cruzam algumas vezes na trama genealógica francesa do século XVIII, o que pode dar a entender a ligação familiar, mais ou menos próxima e legítima, desta mulher a um círculo aristocrático francês. Se se atender à origem social das aias empregadas nas grandes famílias, a hipótese de uma linhagem aristocrática não é de rejeitar (DUBY & PERROT, 2002). Outra hipótese, mas tão-só para o nome ‘Villeneuve’, é a opção da autora por um pseudónimo toponímico, sinalizando o seu do local de nascimento ou de proveniência regional. As duas hipóteses são inconsistentes mas os apelidos prendem a atenção por, no mesmo período, remeterem para pessoas com relevo no plano literário e educacional: Madame de Villeneuve (1695-1755), jovem viúva dedicada à escrita de novelas e contos, sendo referência “A bela e o monstro”, e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

ções desempenhadas, as posições intelectuais (literárias, políticas, pedagógicas,...) e os círculos de influência das mulheres portuguesas, das estrangeiradas ou das estrangeiras que viveram em Portugal, concordando ou não com o poder legitimado. A falta de um estudo sistemático conduz à indiferenciação e ao tomar a indiferenciação como o padrão natural de leitura aplicável a este tipo de estudos, que ‘põe todas as mulheres no mesmo saco’, não só se vicia a leitura como também se impede a projecção do pensamento e da acção das mulheres no quadro da dinâmica divergente da construção do mundo. Exemplo de ‘pôr todas no mesmo saco’ é a afirmação de Raquel Bello Vasquez a propósito das produtoras setecentistas conhecidas na historiografia literária. Transcrevo a passagem, apesar da extensão do recorte:

“[...] podemos assinalar na segunda metade do século XVIII, para além das já citadas Teresa de Mello Breyner e Leonor de Almeida, um número relativamente grande de produtoras e/ou mediadoras no sistema literário português: Teresa Margarida da Silva e Orta, Micaela de Sousa Cesar e Lencastre (Viscondessa Balsemão, “Natércia”, (1749-1824), Joana Rousseau de Villeneuve, Leonor da Fonseca Pimentel, Soror Theresa Angelica Peregrina de Jesus, a Condessa de Pombeiro, a Condessa de Soure, Joanna Isabel de Lencastre Forjaz (“Aonia”), Maria do Patrocínio, Maria Lobo, a freira Maria do Monte, Francisca de Paula Possolo da Costa (“Francília”), Ana Bernardina Pinto Pereira de Sousa Noronha, Rita Clara Freire de Andrade, Ana Josefa de Bivar, Isabel Peregrina de Salazar Vasconcelos e Crato (1736-1814), Maria da Graça Fortunata, Margarida Gertrudes de Jesus, Maria Antónia de S. Boaventura e Menezes, Maria Micaela dos Prazeres, Ângela do Amaral Rangel” (Bello Vásquez, 2005,84).

Esta panóplia desoculta nomes, sim, mas confunde personalidades. Ora Joana de Villeneuve, também ‘metida neste saco’, distingue-se das demais por escrever no quadro de uma função profissional: de Aia para Aias. Se bem que a sua escrita se submeta ao protocolo da publicação (colocar-se sob protecção de um superior e mostrar humildade autoral), é através dela que assume uma posição firme decorrente da experiência refletida. Começa por se situar numa determinada linha teórico-prática do exercício educativo, reivindica para as suas recomendações pedagógicas uma extensão generalizadora com força prescritiva e propõe-se a si mesma como formadora de aias, ou seja, modelo na arte do como-fazer educativo.

Nota sobre influências no pensamento pedagógico português do séc. XVIII

São poucos os textos sobre educação que até 1767, ano de publicação de *A Aia Vigilante*, têm a assinatura de mulheres (Adão, 1997), não obstante a dinâmica do mercado editorial⁶. Em *A Aia Vigilante* declara-se a influência de Rollin e Locke, deixando-se

6 Em Setecentos, o número de publicações é significativo, em alinhamento com a tendência europeia. O caso de França serve de termo de comparação: “A partir de 1760, o problema da educação, feminina e masculina, invade as consciências iluminadas. Entre 1715 e 1759 foram publicados 51 obras tratando de educação, número que passou a 161 para o período 1760-1790” (ARRIÈS & DUBY, 1994, p.349).

pressupor que a autora tem intenção de contribuir para o reforço da frente ideológica exposta aos avanços das novas doutrinas pedagógicas e sociopolíticas de Setecentos, nomeadamente a de Rousseau. É uma estratégia que passa despercebida pela configuração utilitarista do livro – manual de procedimentos práticos destinados a aias e amas – e pela modéstia e honestidade do objectivo: transmitir um método experimentado no quotidiano educativo. O apoio buscado em Rollin e Locke, dois dos pensadores da estima ideológica do Conde de Oeiras, indica uma afinidade teórico-prática entre a autora e o político. Uma afinidade que parece associar-se a uma estratégia mutuamente concordante: prescrever como educar no âmbito privado, onde as acções reformistas não chegavam por decreto. A publicação do livro acabou por dar consentimento antecipado à intencionalidade agónica da política reformista centralizadora, invasora do público e do privado, própria do futuro Marquês. E neste sentido o livro saiu da casa de Sebastião José de Carvalho e Mello para servir de espelho, dentro da lógica ético-política inerente ao ‘speculum principis’: mostra o que se faz em casa do Conde (e o que se faz está de acordo com o pensamento político-educativo deste) e mostra o que se deve fazer em outras casas da aristocracia ou burguesia que queiram nivelar-se tão alto e ilustrar-se tanto. O duplo efeito da ostentação especular – o que é e o que deve ser – faz com que o livro funcione, dentro das casas dos outros, como normativo racional único, algo conveniente a um regime com a pretensão de impor o controlo estatal absoluto, mesmo na educação privada das casas nobres e burguesas.

A estratégia invasora acerta-se com a estratégia defensiva, tão cara ao Conde: é necessário defender contra as ideias desconcertantes de Jean-Jacques Rousseau. As palavras iniciais do Prólogo de *A Aia Vigilante*, escrito pela autora, revelam a intencionalidade política da educação privada: “ser útil a uma Nação”. Palavras aprovadas e repetidas pelos três censores da Mesa do Santo Ofício, que no ano seguinte seria substituída pela Real Mesa Censória, criada por Alvará de 5 de Abril de 1768. Pode-se ler: “pela grande utilidade que dará à República política, e cristã”, do dominicano Fr. José Malaquias; por “contribuir para o adiantamento, conservação, e felicidade dos Estados, sendo reguladora”, de Fr. Manuel do Cenáculo⁷; por “ser útil a uma Nação”, de José Caetano de Mesquita. O argumento da utilidade decorre não tanto das recomendações pedagógicas mas dos “bons Escritores” convocados em apoio das ideias pedagógicas e da prática educativa⁸. “Bons”, por defenderem certa concepção de governação e de Igreja, servindo o seu mé-

7 Fr. Manuel do Cenáculo dá um parecer pelo Ordinário, a 4 de Março de 1967, e não prefacia o livro como por lapso referiu Renato Amatuzzi numa comunicação intitulada “Educação como herança: os manuais de instrução para nobres portugueses no final do século XVIII, uma análise da carta do padre Francisco Luís Leal para o 2.º Conde da Ega”, apresentada no VI Congresso Internacional de história, de 25 a 27 de Setembro de 2013. Dá um parecer pelo Ordinário, a 4 de Março de 1967.

8 Fr. Manuel do Cenáculo repreende, no tom condescendente da advertência, a referência explícita aos nomes de Rollin e Locke: “Conferem grande autoridade a estes Documentos as Doutrinas dos bons Escritores, que a ingenuidade da Autora não soube ocultar” (Villeneuve, XIV). A prudência no estilo é uma prática oposta à transparência da remissão autoral exigida pelas regras actuais.

todo de paliçada ideológica à invasão das teorias rousseunianas e protestantes. Ora esta interpretação proteccionista admite duas questões:

uma, foi o livro uma encomenda do Marquês à aia dos seus filhos?;

outra, Joanna de Villeneuve leu *Emílio ou da Educação*, publicado em 1762, precisamente cinco antes da publicação de *A Aia Vigilante*?

Não se pode garantir positivamente qualquer uma das possibilidades, mas a ocorrência de ambas é provável. Em relação à primeira, e sabendo-se dos obstáculos à autonomia das mulheres, o lançamento de *A Aia Vigilante* pode ter sido pensada como parte integrante da ‘política da casa’ do Conde. Podem ser consideradas algumas possibilidades interpretativas: mostrar a amplitude e consistência do seu trabalho de reformador estatal junto da Corte; criar novo ambiente educativo no espaço privado de cada casa, onde não podia impor a sua acção reformista; exhibir, como exemplo, o progresso ilustrado de sua casa. Em relação à segunda possibilidade colocada, se bem que em Setecentos a recepção dos livros de Rousseau só tenha tido expressão em “pareceres, sentenças e éditos emanados da Real Mesa Censória” (Outeirinho, 1994, p.155), como afirma Maria de Fátima Outeirinho ao constatar a ausência de referências à obra. Todavia a emissão destes documentos oficiais pressupõe, por um lado, avaliação directa e, por outro, conhecimento da circulação dos livros entre leitores, muitos trazidos por diplomatas e livreiros⁹. Quer dizer, os livros de Rousseau circulavam e foram submetidos a apreciação oficial. Ora até é provável que Villeneuve tenha lido Rousseau em casa do Conde. E se evitou mencioná-lo não foi certamente por evitar a discordância, pois a introdução de uma argumentação discordante demarcaria melhor o seu pensamento; talvez, sim, por cumprimento da intenção censória de silenciar a sua doutrina e ignorar a sua existência, riscando-lhe o nome no quadro referencial da pedagogia. Esta justificação de exclusão não é usada por Joanna de Villeneuve. É de ordem metodológica e generalista o critério de exclusão apresentado a respeito das referências autorais: evitar “amontoar autoridades, acumular alegações” (Villeneuve, Prólogo,VI), pois a exibição de erudição, “além de fastidiosa, pareceria alheia da notícia de uma mulher, a que se não favorece pouco” (Ibid., VII). Por conseguinte, a excepção feita a Rollin e Locke distingui-os como referência directiva com total autoridade e peso ideológico. As recomendações dadas por Joanna de Villeneuve para actuação das aias não podem ser encaradas como técnicas de objectividade neutra sugeridas por uma mulher com séria experiência educativa. Tais recomendações estão animadas por uma ideologia política absolutista ajustada ao prenúncio reformista do Conde. A declarada influência de Rollin e Locke torna-se assim mais

9 Eram muitos os livreiros franceses estabelecidos em Portugal (OUTEIRINHO, 1994). E foi o conhecimento da circulação, por aquisição ou empréstimo, de livros com doutrinas heréticas e adversárias ao Estado que a lei de 5 de Abril de 1768 impôs a elaboração de um Índice Expurgatório e que a lei de 10 de Julho de 1768 determinou aos proprietários de livros ou manuscritos a obrigação de apresentarem à Real Mesa Censória a lista do que tinham em casa, loja ou livraria, bem como a licença para leitura de livros proibidos, concedida com restrições.

clara: a eleição das “boas” correntes pedagógicas evita a sedução dos “erros” publicitados pelos “maus” filósofos. É sobre a base das “boas” correntes que se desfazem os equívocos das novidades filosóficas e que se pretende edificar uniformemente a reforma pombalina, enquanto política esclarecida do bem essencial à governação. Neste sentido, Joanna de Villeneuve contribui tacitamente, mediante a sua autoridade experiencial, para chegar a um público particular [avulso], ou seja, fora do controlo do sistema educativo estatal e congregacional – as aias –, responsáveis pela formação de crianças e jovens da elite social que nessa idade não ia à escola, ficando imunes à endoutrinação do programa estatal.

A eleição de Rollin e Locke, que amparam as críticas e as propostas substitutivas de Joanna de Villeneuve aos hábitos educativos portugueses, revela que a sua actuação discursiva está dentro dos limites da legitimidade do poder. A autora manifesta sintonia ideológica com o círculo dos políticos e intelectuais esclarecidos, comprometidos com a renovação das dimensões-chave da vida política nacional. Para a dimensão pedagógica Rollin e Locke foram apropriados como fonte das propostas reformistas de Setecentos, sobretudo importada por estrangeirados. No caso de Rollin, é significativa a apropriação teórica encontrada em Luís António Verney, estendendo-se pelo âmbito, a matéria, os objectivos pedagógico-políticos e os métodos de ensino-aprendizagem expostos em *De la manière d’enseigner et d’étudier les Belles-Lettres par rapport à l’esprit et au cœur* (1726-1728). Significativa ao ponto de só por si evidenciar uma proximidade literal abusiva, sobretudo à luz dos critérios actuais, no Verdadeiro Método de Estudar, muito bem sinalizada pelos cotejos textuais de Salgado Júnior no aparato crítico da edição comentada do Verdadeiro Método de Estudar (Júnior, 1952, pp.123-126)¹⁰.

Como acima se referiu, *A Aia vigilante* foi publicado em Lisboa no ano de 1767, cinco anos depois da publicação de Emílio ou da Educação (1762). Os cinco anos que intervalam as duas publicações davam tempo suficiente à leitura. Será que *A Aia vigilante* poderia ter surgido em reacção? Admitindo a hipótese, então o livrinho de Joanna de Villeneuve teria sido uma das primeiras reacções à recepção portuguesa de Emílio, cuja circulação seria mais tarde proibida com fundamentação em argumentos de substância mais política que pedagógica. Uma reacção a respeito dum ideário reformista de visão política que ia da esfera familiar à social (Monroe, 1939, p.14) e que se servia da educação de cunho naturalista para viabilizar a reforma. Mas deixe-se o quadro das hipóteses.

10 As referências a Rollin são frequentes no diploma pombalino que reforma o ensino elementar em Portugal e introduz nova visão do sistema e dos métodos de educação. Em *Instrucçoens que El Rei meu Senhor houve por bem approvar*, de 1772, são recorrentes o uso de termos como ‘fácil’, ‘agradável’, ‘gosto e o proveito’, ‘claro’, ‘abreviado’, ‘proporcionado’. Esta adjetivação é própria do ambiente censório da época que força à leitura dos autores eleitos. Ao mesmo tempo a Real Mesa Censória proibia a importação das obras de Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Hobbes, Spinoza, etc.

4. Nota sobre a publicação de *A Aia Vigilante*: dependência protecionista

Ao gosto da época, o livro ostenta um título longo seccionado: A aia vigilante ou reflexão sobre a educação de meninos, desde a infância até à adolescência, que à Ill.ma e Ex.ma Senhora Condessa de Oeiras oferece D. Joanna Rousseau de Villeneuve. Começa-se com um título curto substantivado (*A aia vigilante*), junta-se um subtítulo que corresponde a uma alternativa e a um reforço descritivo do título, e fecha-se com a indispensável dedicatória, condição da dependência protecionista da autora. Sem considerar o aspecto económico, pois lançar um livro no mercado acarreta custos, apresentar-se com identidade de escritora, por um lado, e, por outro, levar ao conhecimento público uma assumida correlação pessoal entre o que se pensa e faz indica uma afirmação muito forte da autora, o que comporta riscos. Riscos que o protectorado ajudava a ultrapassar. O facto de a protecção ser condição necessária, tanto mais segura quanto mais prestigiado o protector, pressupõe reconhecimento da autoridade de alguém e estabelece uma relação de dependência¹¹, da qual o protector colhe benefícios, seja para si seja para a sua casa. Há outras razões de conveniência a aduzir. O protectorado, sobretudo quando requisitado a pessoas com influência, representava um passo no reconhecimento do escritor por parte do público leitor e mitigava o embate com o tribunal inquisitorial.

A autorização para a impressão resultava de um processo censório complexo por requer licenças a um concelho de origem tridentina que atestava, ou não, conformidade à moral e doutrina católicas. A censura era constituída por três instâncias. Ao Desembargo do Paço juntava-se o Ordinário da Diocese e o Conselho Geral do Santo Ofício¹², e em conjunto examinavam as obras antes e depois da impressão. Só depois se obtinha a licença de circulação, tal como reitera a fórmula: “para se dar licença para correr, e sem ela não correrá” (Villeneuve, 1767, xiii, xvii, xx). Quanto à configuração gráfica cabe referir que o texto é corrido e estende-se por 119 páginas (média de 100 palavras por página), sem secções temáticas. À excepção de uma curta introdução sobre a função das aias, a quem Joana de Villeneuve se dirige no tom coloquial de quem dita lições ou profere uma aula, o livrinho concentra-se em recomendações, intercalando perguntas para reforçar o tom coloquial e prende a atenção. Pelo formato, trata-se um ‘livre de poche’: fácil de transportar e de consultar.

Como classificar este livro? É consensual inclui-lo no grupo dos manuais de comportamento, mantendo a classificação de Ivone Leal, a quem se deve o arrolamento das publicações sobre tratados de saber-viver com propósito didáctico e intencionalidade modeladora, publicados em Portugal (Leal, 1995). O dar a conhecer os tratados de

11 Só aparentemente a protecção e a dependência são modos relacionais equilibrados de consentimento mútuo. Configuram modos de dominação associados a uma violência simbólica naturalizada associada à concepção de subalternidade. decorrente dadas mulheres. (DUBY & PERROT, 1995, p. 58).

12 A publicação de *A Aia Vigilante* é anterior à criação da Real Mesa Censória, instituída por Marquês de Pombal, em 1768, numa tentativa de unificar o processo censório sob a autoridade de um único tribunal e de reforçar a autoridade sob as vertentes fiscalizadora e censória.

‘savoir-viver’ constituiu um marco epistemológico nos Estudos sobre as Mulheres e Estudos de Género que nos anos 90 se começaram a desenvolver com sistematicidade em Portugal¹³. E é no contexto desta investigação pioneira e generalizadamente recolectora, que se deve compreender a inclusão de *A Aia Vigilante* naquela categoria. A seu favor está o facto de o livrinho conter valores éticos e normas de sociabilidade, mas isso não constitui substância própria para justificar a classificação. Antes de mais, trata-se de um manual pedagógico. Destina-se directamente à formação de aias, o que só por si dá ao livrinho um singular carácter utilitário. Todavia fornece critérios para a escolha de amas e conselhos para a actuação de amas. A distinção de actuação e categoria entre umas e outras é estabelecida no livro por uma adjectivação interessante: ‘extremosa’ ama; ‘inteligente’ (Villeneuve, 1767, p.16) e ‘prudente’ aia (ibid., p.38).

Para além de responder a uma necessidade formativa, o livro insere-se, como tenho estado a acentuar, na ideologia e estratégia da reforma educativo-política do Conde, ou seja, inscreve-se num certo horizonte histórico. Concertado com o espírito das Luzes Oitocentistas, o livrinho apresentava-se como resultado duma razão aplicada a todas as situações educativas, enfrentadas tal como elas são, sem cedências supersticiosas debilitantes da energia física e do carácter das crianças.

O livrinho só teve uma edição, o que não se estranha. Com o afastamento do Marquês do governo, na sequência da morte do rei D. José, em 1777, e da Viradeira, muitas publicações por ele apoiadas ou a ele dedicadas foram esquecidas. Pode-se aduzir outra razão: o número restrito das destinatárias. Embora não se possa dar resposta por falta de indicadores, ocorre perguntar quantas aias haveria em Portugal e quantas teriam lido o livrinho. Ou ainda, que sucesso formativo teve *A Aia Vigilante*? Esta pergunta remete para uma zona vazia na História da Educação: o registo das aias e o desenho da sua auto-formação. Para satisfazer esta necessidade auto-formação outros livros apareceram no mercado nos finais de Setecentos, sobretudo franceses. Livros que, seguindo o princípio diferenciador da modernidade, mantinham abordagens específicas e desequilibradas. Áurea Adão lembra o descompromisso do Marquês a respeito da educação estatal das meninas, ao limitar-se a criar escolas régias masculinas: “Na verdade, o ensino feminino não mereceu então, dos nossos governantes, uma atenção especial, cabendo a ordens religiosas provenientes da França (Ursulinas e Visitação) o mérito de terem concorrido para a educação de algumas raparigas portuguesas” (Adão, 1996, p.87). Por conseguinte, e regressando à questão da qualificação do exercício educativo das aias, a sua actuação decalcava a formação recebida em casas religiosas e a sua formação ‘profissional’ era ‘in fieri’, certamente acompanhada pela leitura de um ou outro manual sobre o assunto. Em todo o caso *A Aia Vigilante* pretendeu fazer parte dessas leituras pedagógicas imediatas e a pequena dimensão de bolso livro prestava-se a levá-lo para qualquer lado.

13 O arrolamento de Ivone Leal também se tornou num recurso indispensável para a História da Educação em Portugal, carente de estudos históricos sistemáticos sobre educação das meninas e jovens (Fernandes, 1994, p. 14).

5. Nota sobre a influência de Locke e a oposição a Rousseau

Chega-se a este ponto com questões por resolver de ordem contextual e cronológica. São pontas soltas que surgem durante uma leitura crítica que pretende mostrar como Joana de Villeneuve se moveu dentro dum círculo político com fortes interesses pedagógicos e que também quer negar a neutralidade política da sua proposta pedagógica. Joana de Villeneuve soube gerir cautelosamente a sua assinatura autoral. Numa época em que tudo é dito veladamente e segundo regras legais de produção literária, a neutralidade impunha-se como estratégia de publicação, sobretudo adequada e conveniente a uma mulher, ocultando-se a consciência autoral construída no diálogo com o pensamento de outros autores. Revelar essa consciência autoral de natureza reflexivo-dialógica era um interdito expresso na crítica feita por Manuel do Cenáculo na Licença do Ordinário: “as doutrinas dos bons Escritores, que a ingenuidade da Autora não soube ocultar” (Villeneuve, 1767, xv). Negar o diálogo argumentativo força à supressão da consciência autoral e tem o efeito de negar o texto como projecto transformador destinado a um determinado momento histórico. Era mais conveniente reduzir o livro a ‘escrita’ de mulher com funções educativas: colagem de ideias emprestadas e confirmadas ao longo da experiência como aia. Todavia a partilha de experiências pautadas pela objectividade fundamentada, exigência do iluminismo a que Joanna de Villeneuve adere, sinaliza a força autoral do livro e inverte a desvalorização. Há firmeza na sua posição pedagógica, com aspectos em contra-corrente:

“se acharão talvez nestes apontamentos algumas máximas contrárias ao costume; mas investigue-se a natureza, estude-se o coração humano, pondere-se a constituição do homem, e estou certa que muitos dos que antes me censurariam, depois deste exame abraçarão o meu parecer. Não duvido porém que alguns dos meus preceitos parecerão frívolos a quem se satisfaz com a superfície das cousas; mas quem costuma profaná-las, e refletir, verá que daquele mesmo preceito, na aparência frívolo emanam verdades indubitáveis, e consequências de grande ponderação: outros parecerão demasiadamente brandos” (Villeneuve, 1767, viii).

O critério da experiência acrescida por reflexão esclarecida tipifica o suporte epistémico da sua pedagogia, como sinalizam expressões comuns reiteradas no texto: “A experiência mostra” (Ibid., p.7), “mas se reflectirmos” (Ibid., p. 7) “distinguir a intenção oculta (Ibid., p. 8), “investigue incessantemente” (Ibid., p.17), “observar” (Ibid., p. 18); etc.

A *Aia Vigilante* distingue-se quer pelo enquadramento político da publicação, quer pela procurada fundamentação teórica, em particular a vinculação ao pragmatismo de Locke. Mas que leu Joanna de Villeneuve deste “great letter-Writer”, como lhe chamou Quick (Locke, 1884, xxxvi)? Provavelmente a tradução francesa de *Some thoughts concerning education*, tornada acessível em língua francesa por Pierre Coste em 1695, dois anos depois da publicação inglesa. Certo é que quando se examina o conteúdo de *A Aia vigilante* saltam à vista ideias importadas do tratamento dado a temas enunciados no índice de *Some thoughts concerning education*, com excepção das matérias escolares da responsabilidade do tutor e não da aia. Joanna de Villeneuve adoptou a concepção geral de edu-

cação, a finalidade, a abordagem teórica de tipo normativo-descritivo e quatro propósitos metodológicos: o cuidado com a saúde corporal, a aquisição de hábitos, a formação do carácter virtuoso e o desenvolvimento da razão. Neste texto apenas se enunciam e ordenam algumas ideias para apresentar Joana de Villeneuve e dar-lhe lugar (não importa a grandeza do lugar a ocupar) no percurso da expressão prática do pensamento filosófico sobre Educação. Selecionam-se dois breves tópicos que confirmam a influência do filósofo.

A intencionalidade e responsabilidade política da educação

No Prólogo de *A Aia Vigilante*, escrito pela autora, a intencionalidade política da educação concentra-se na expressão “ser útil a uma Nação” (Villeneuve, 1767, VI). A mesma ideia em Locke, a ser inscrita no coração de cada indivíduo, tem a seguinte formulação: “the welfare and prosperity of the nation so much depends on it [education]” (Locke, 1884, lxiii). A educação reconhece-se como matéria com interesse político para manutenção de um padrão nacional de elevado progresso e bem-estar. No contexto teórico do contratualismo social avançado pelo filósofo, que dá como pressuposto o livre consentimento de submissão a um governo civil para usufruto das vantagens gerais da proteção individual (vida, saúde liberdade, propriedade)¹⁴, a educação não pode ser dispensada. É ela que fixa hábitos, forma o carácter e desenvolve a razão até onde permitem as características de cada ser humano, ou seja, deve-se-lhe a ordenação interna do indivíduo e, por projeção, deve-se-lhe a ordenação da sociedade. Assim a educação actua duplamente: por necessidade humana, de modo a superar-se a debilidade de afirmação ontológica; por conveniência social, para assegurar o cumprimento de normativos da sociedade institucionalizada. Mas a educação ou a sua falta, tal como a posse ou não de propriedade, diferencia a humanidade, que se encontra diferenciada na radical diferença de cada qual. O paradigma diferenciador da existência humana sucede a um suposto paradigma inicial baseado na igualdade entre todas as criaturas, a que faltava mecanismos colectivos de regulação e proteção. Locke não considera a educação nesta fase inicial, nem mesmo na sua informalidade técnico-normativa, o que pode significar que a necessidade de formação é determinada com a emergência e estruturação do estado de sociedade, ou seja, institui-se na reação à insatisfação para com o estado natural e a sua condição de igualdade. A ser assim, a igualdade não configura ser um horizonte do sentido de educar, algo inaceitável por certo visionarismo pedagógico-político derivado do Movimento da Escola Nova. Pelo contrário, ela acentua as diferenças constitutivas, comportamentais e sociais, entre seres humanos. É por diferenciar que Locke faz dela um valor: é valioso educar porque há diferente potencialidade humana a desenvolver com diferentes interesses sociais. A educação acentua as diferenças e é diferenciadora, como afirma o filósofo: “(...) I think I may say, that, of all the men we meet with, nine

14 A ahistoricidade da transição do estado de natureza para o estado de sociedade está patente na passagem selecionada: “Portanto, o género humano, não obstante todos os privilégios do estado de natureza, encontrando-se em situação difícil enquanto permanece nele, bem depressa procura a sociedade [...] o abrigo das leis estabelecidas de um governo, protegendo assim a sua propriedade” (LOCKE, 1884, pp.102-106).

parts of ten are what they are, good or evil, useful or not, by their education. It is that which makes the great difference in mankind” (Locke, 1884, p.1).

Logo, é no quadro do contratualismo, em que o ser humano transita do estado de natureza para o estado de sociedade, submetendo-se-lhe com consentimento voluntário, que a educação encontra razão de ser e estrutura institucional. A educação é um processo de submissão e, neste sentido, prepara a criança para se habituar à submissão inerente ao cumprimento das obrigações associadas ao consentimento dado voluntariamente e, ainda, prepara-a para compreender, sem revolta, que vive num mundo comum regulado por poderes. A perpetuação da longínqua submissão tácita dos seres humanos a um governo exige uma continuada renovação tácita, ou seja, o ajustamento contínuo entre a acção voluntária de cada indivíduo e as suas obrigações sociais e políticas. Cabe à educação orientar para a compreensão do sentido benéfico da submissão social e desenvolver capacidades direccionadas para actuar em função do paradigma contratual. Daí a sua utilidade política: levar a razão a entender, por via empírica, o modelo organizacional da sociedade e capacitar para tal realidade segundo a medida das possibilidades individuais. A proposta de Locke nunca perde de vista a educação na sua relação com o estado de sociedade nem com a responsabilidade daí decorrente. A mesma ideia em Joanna de Villeneuve que atribui esta responsabilidade às aias (Villeneuve, 1767, p.35): educar “com submissão” (Ibid., p.29) para servir com submissão.

O inatismo e o critério metodológico da observação atenta e experiência reflectida

O empirismo é o ponto de proximidade mais evidente entre Locke e Villeneuve, confirmando-se em várias passagens onde a valorização do estímulo e da experiência surgem em associação com o abrir processual do conhecer e aprender. Serve de exemplo uma dessas passagens: o “verdadeiro método de ensinar as crianças é fomentar-lhes a natural curiosidade de aprender, e inspirar-lhes amor, e inclinação ao que se lhes ensina e a quem ensina” (Ibid., p.96). Em oposição ao inatismo cartesiano e à educação negativa de Rousseau, Joanna de Villeneuve propõe uma educação natural, livre (Ibid., p.116) e directiva. Natural, pois a criança aprender e conhecer são possibilitados pela luz natural da razão em contacto com dados materiais externos proporcionados pela experiência; livre, por não estar condicionada pela pré-existência de ideias; directiva, pois alguém (a ama, primeiro, e a aia, depois) deve preparar situações motivacionais de aprendizagem. Esta concepção cognitiva nega a passividade do preceptor rousseauiano e alinha com Locke que admite uma inteligibilidade construtiva com vários níveis intermédios. São as coisas materiais externas, tomadas como objeto da sensação, e as operações mentais, objeto da reflexão, que constituem os únicos dados originais dos quais as ideias derivam (Locke 1978, p.160). Por conseguinte, as ideias têm um referencial empírico que prioriza o critério da experiência, confirmando a frase corrente “nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu”.

A operação que efectiva o complexo itinerário entre percepção e razão só é possível pela plasticidade do ser humano. Joana de Villeneuve evoca a imagem da cera branda moldável (Villeneuve, 1767, p.16) para dar conta da condição de educabilidade. Uma condição que tanto possibilita a formação como a deformação da criança. Daí as advertências para a contratação da ama, a cuidadora que antecede a aia: “As impressões, que [as crianças] desta [a ama] na infância recebem, são mais importantes e consideráveis do que se imagina” (Ibid., p.2); e daí a definição do perfil singular da aia. Dois adjectivos bastam para a definir: ‘inteligente’ e ‘prudente’. A prudência corresponde ao acto de pensar autenticamente segundo a razão recta, sobrepondo-se às paixões que perturbam e deixam a alma carente de razão, seja para deliberar, decidir ou agir. É a virtude política por excelência e atribuí-la à aia lança um paralelismo com a ideia de governo da criança, antes de ela se auto-governar. Deontologicamente a aia tem o dever de ser prudente, tal como o governante, na obrigação máxima de educar e fazer acompanhar o exercício da sua autoridade com amor e respeito. A autoridade é prerrogativa: “(...) temem. alguns, que reprimindo uma criança, lhe perturbe a sua felicidade, ou se lhe altere a saúde” (Ibid., p.29). A aia deve fazer-se notar pela prudência da sua actividade sobre quem lhe cabe educar, opondo-se assim à passividade do preceptor de Rousseau que acompanha a criança no desabrochar da interrelação com o mundo. Duas concepções pedagógicas caracterizadas pela observação atenta da criança mas provenientes de distintas visões antropológicas e distintas.

A actividade da aia, que tem sempre uma intencionalidade pedagógica, desdobra-se em quatro planos, os mesmos tratados por Locke:

i) Físico: fortalecimento do corpo, incluindo o preceituar sobre a roupa adequada, os banhos, a vida ao ar livre, os exercícios físicos, a dieta e o sono. Um toque espartano justificado pelo combate à mortalidade infantil: “Mostra a experiência, que morre maior número de crianças educadas delicadamente, que das que foram criadas sem melindre” (Ibid., p.32).

ii) Afectivo: o carinho e o amor devem manifestar-se de modo constante e moderado. A aia intervém na relação dos pais, em particular das mães, com as crianças, acautelando-as de mimos excessivos ou de despropositada promoção do ego. A manifestação do afecto e a perda de poder absoluto do pai sobre os filhos figura no esquema familiar defendido por Locke. Por outro lado, não permite desrespeito nem crueldade. A relação com outras crianças é seleccionada e proíbe-se o contacto com serviçais.

iii) Vontade: aquisição de hábitos e força determinativa. Os hábitos, para além de reguladores, têm a função de estabilizar a criança. A força determinativa manifesta-se na capacidade de contenção e conduz à concretização e conclusão das actividades pueris.

iv) Racional: incentivo da curiosidade e verbalização. Exige-se correção linguística, consoante a idade, insiste-se em respostas adequadas e evita-se o papaguear e o pedantismo precoce, já criticado por Montaigne (Montaigne, 2007, pp. 204, 215). A atenção ao comportamento racional da criança, que obriga a aia a estimar a conveniência de

cada procedimento, é simultânea da atenção aos valores que a criança mobiliza para a sua acção. O mentir ou o roubar devem ser advertidos como desrespeito da coexistência humana e corrigidos sem violência, de modo a que a criança compreenda o fundamento da pauta moral que gere a sociedade e a sua relação com Deus. A exigência da atuação da aia deve ser expressão da exigência da aia para consigo mesma: exemplo de correcção racional e elevação moral.

Estes planos de circunscrição da acção da aia estão em correlação, não exactamente em correspondência, com quatro graus de conhecimento, igualmente próximos do esquema gnosiológico de Locke. A aia deve proporcionar às crianças o ambiente adequado ao desenvolvimento de cada um dos quatro graus, como se sequência:

Conhecimento afectivo. O afecto corresponde ao “primeiro conhecimento que [a criança] adquire” (Villeneuve, 1767, p.5).

Conhecimento imagético também referido como percepção. É todo um campo de movimento e experiência para a criança que “tudo quer tocar, apalpar, mexer: esta inquietação tão própria da sua idade, não deve achar algum obstáculo, pois lhe serve de lição, tanto mais necessária, e útil, que assim aprende a sentir o calor, o frio, a dureza, a brandura, o peso, a ligeireza dos corpos; a julgar da grandeza, figura, e de todas as qualidades sensíveis, olhando, ouvindo, apalpando, e principalmente comparando a vista com o tacto, e avaliando com os olhos, a sensação, que nos dedos experimenta” (Ibid., pp.19-20). A curiosidade da criança é o natural motor cognitivo: “A curiosidade com que as crianças perguntam muito, e admiram quase tudo, é um pródigo instinto da natureza, que não só facilita, mas provoca a instrução, e o ensino” (Ibid., p.94). Neste grau “começa propriamente a vida do indivíduo” (Ibid., p.9), pois é decisivo para o desenvolvimento da memória e para a formação da autoconsciência. Joana de Villeneuve quase que torna indistinto este grau de conhecimento com o tipo de ensino correlativo, tal a ligação entre o que a criança experimenta e o que a aia proporciona ser experimentado e observa atentamente estar a ser experimentado. Em oposição a Rousseau, a ênfase está no ensino: “Com este prático ensino vai crescendo o menino, e desenvolvendo-se imperceptivelmente o seu entendimento” (Ibid., p.20).

Conhecimento racional e os ‘signa’. Este grau de conhecimento corrobora a presença directiva da aia a quem se recomenda que responda claramente e com palavras simples a tudo que a criança pergunte “procurando rectificar, e aclearar as ideas confusas, incompletas, e quase sempre enganosas da primira idade. Com breves comparações facilitai-lhe a intelligência do que perguntar” (Ibid., p. 94). O incumprimento da regra da adequação clara entre palavras e raciocínio deve ser alvo de advertência: “Se alguma vez ele discorrer no que não entende, ou fizer juízo sobre o que não percebe, com algum argumento, ou pergunta a que não saiba dar saída, atalhai a sua desordenada presunção, e a precipitação com que decide rnostrando-lhe por este modo a ser rnodesto, prudente, e dócil, e a falar com mais cautela” (Ibid., p.9).

Conhecimento das virtudes. Não seja fácil recortar a distinção entre conhecimento racional e conhecimento das virtudes pois o processamento é similar. Numa primeira fase a significação internaliza-se mental e afectivamente pela repetição das palavras e imitação do comportamento e numa fase posterior o processo cognoscitivo solta-se da acção externa do educador e inscreve-se numa ordem mais intuitiva a que se associa a autonomia do educando. Neste grau a exemplaridade, sempre entendida como fonte de aquisição das virtudes e não tanto como pauta moral para o comportamento individual em sociedade, faculta a progressiva reflexão de si a partir da acção do outro. Uma espécie de espelho estimulante da intuição em que o exemplo exposto pelo outro tem o poder de introduzir o sujeito numa dimensão inteligível naturalmente constitutiva dos seres humanos. Há aqui um salto de grau cognoscitivo não esclarecido por Joana de Villeneuve. E embora assim abra uma dimensão que permite escapar à mecanicidade aquisitiva da experiência e do cumulativamente inculcado pela educação, ela não declara haver um limite para a intervenção pedagógica. Um limite que deixa espaço para um conhecimento intelectual naturalmente actuante, isto é, aquém da intervenção planeada do educador. Isto significaria reconhecer que a par duma educação que molda totalmente de fora para dentro há a possibilidade de uma formação que intensifica ontologicamente de dentro para fora, ou seja, seria de admitir algo de intransferível por parte do educador e admitir a possibilidade do educando escapar ao domínio (ainda que com recta e amorosa intenção) do educador.

Planos de actividade e graus de conhecimento não se encontram ordenados em *A Aia Vigilante*. A funcionalidade preceptual sobrepõe-se ao aplanar teórico do método ou à discussão comparada de métodos. Importa saber fazer. Sobretudo importa saber começar a fazer: observar atenta e tranquilamente a criança e reflectir, experimentar e reflectir. É um ensino prático (Ibid., p.20) de modelagem da criança que exige determinação e cuidado. O cuidado a ter é enorme, pois há que acautelar a introdução de hábitos nocivos, sentimentos cruéis e ideias confusas (Ibid., p.11) na ‘cera mole’ que inicialmente é o ser humano.

6. Nota final

Numa escrita pautada pela clareza, precisão e segurança, qualidades estilísticas necessárias à comunicação com intencionalidade formativa, Joana de Villeneuve procurou resolver a errância pedagógica das aias, incluindo as amas. O pragmatismo de Locke respondeu ao seu esforço de legitimação teórica de busca de um caminho que centrasse no essencial e evitasse deslizes erráticos. Mas o pragmatismo pedagógico defendido levantou um problema antropológico grave a que a autora acodiu sem o enunciar: assumir que a criança nasce como criatura informe e maleável: cera sem forma. A maleabilidade deixa-a perigosamente exposta à acção dos cuidadores – seus segundos criadores – e sua debilidade biológica e instintiva torna-a totalmente dependente. Assim as crianças são da inteira responsabilidade dos seres humanos mais velhos: responsabilidade contínua, intensa, exaustiva e irreversível. E nisto reside o perigo e perversidade da educação: uma vez molda-

da a cera, ganha forma dura; só quebrando se perde a forma. Ao contrário, na doutrina inatista a instigação maiêutica que desperta o essencial no ser humano só é possível a alguns e é sempre gesto de inteligente generosidade educativa. Suscitar o melhor do humano é uma arte e mesmo que o melhor não seja suscitado o essencial permanece adormecido e imune à interação humana. Só a finura de certo processo interrogativo actualiza o que já se é, ou seja, opera a passagem subtil do latente ao actual. Diferente a perspectiva tomada pela Aia francesa que, influenciada pelo pensamento de Locke, se propõe oferecer um método experimentado e adequado, verdadeira modelação da individualidade de cada criança que também dá passagem ao mundo social de intersubjectividade e dissemetria. Dissemetria silenciada por Joana de Villeneuve quando se prontificou a solucionar um problema político urgente: educar uma elite que sirvisse o poder e que também exercesse poder através de uma rede de inter-influências. Solução coerente com o contexto político português de Setecentos carente de uma elite ilustrada, se bem que essa elite possa ter surpreendido Villeneuve ao extremar-se pelo Absolutismo e ao mitigar a radicalidade do Iluminismo em nome de ideais de “utilidade pública” formulados pelo Direito Natural (Silva, 2006, p. 33).

Fica a pergunta: se generalizado, que efeito teria esta educação na vida de cada criança, independentemente da sua condição social? A generalização deste projecto seria um grande desafio para a própria Joana de Villeneuve. Fica ainda outra pergunta: que influência teve o livrinho de bolso junto de aias e amas? O desconhecimento da recepção do livro, a falta de referências e o esquecimento lançado como anátema sobre as obras apoiadas pelo Marquês não permitem recolher elementos para responder à pergunta. Mas a falta de resposta não retira valor pedagógico impeditivo de colocar *A Aia Vigilante* na prateleira do iluminismo português.

Referências bibliográficas

- ADÃO, Aurea (1997). *Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias: 1772-1794*. Lisboa: FCG.
- ANDRADE, Adriano (1999). *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional Portugal.
- ARIÈS, Philippe & DUBY, George (orgs.) (1994). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. 2.^a ed., 5 vols. São Paulo: Companhia das Letras.
- BELLO VÁSQUEZ, Raquel (2005). *Uma certa ambição de Glória. Trajectórias, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798)*. Universidade de Compostela [Tese de doutoramento].
- COELHO, José (2003). *Marquez de Pombal*. Lisboa: Artemágica Editores.
- DUBY, George & PERROT, Michelle (dir.) (2002). *Histoire des femmes en Occident: XVI^e-XVIII^e siècle*. 3.^{ème} vol. Paris: Académique Perrin Editions.

- FERNANDES, Rogério (1994). *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras: do pombalismo a 1820*. Porto: Porto Editora.
- HENRIQUES, Fernanda (2010). *Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, Junho, 11-28.
- LEAL, Ivone (1995). Bibliographie des Traités de Savoir-Vivre Portugais. In *Bibliographie des Traités de Savoir-Vivre en Europe du Moyen Âge à nos jours*. Vol. II: *Italie-Espagne-Portugal-Roumanie-Norvège-Pays Tchèque et Slovaque-Pologne* (sous la direction d'Alain MONTANDON). Clermont-Ferrand: Université Blaise-Pascal / Association des publications de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines, 195-232.
- LOCKE, John (1884) [1688]. *Some thoughts concerning education. With introduction and notes by the Rev. R. H. Quick*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MONROE, Paul (1939). *História da Educação*. Trad. de Nelson Azevedo. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MONTAIGNE, Michel (2007) [1595]. *Les Essais. Nouvelle édition de Jean Balsamo, Catherine Magnien-Simonin et Michel Magnien. Notes de lecture par Alain Legros*. Paris: Gallimard.
- OUTEIRINHO, Maria de Fátima (1994). *A recepção criticada obra de J.-J. Rousseau em Portugal*. *Sep. de Intercâmbio*, n.º 5, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto.
- PORTUGAL. *Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, Ordenadas, e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor, Para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*. Lisboa: Na Offic. de Miguel Rodrigues, 1759.
- REIS, Carlos e LOPES, Ana (2002). *Dicionário de Narratologia*. Lisboa: Almedina.
- RIPE, Fernando (2017). “Se hum instante vos descuidais, se hum instante desamparais vosso filho, talvez que para sempre fique perdido”: vigilância e punição em um manual de Comportamento Social português do século XVIII. *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.1 (jan.-abr.) pp.155-179.
- ROLLIN, Charles (1726-1728). *De la manière d’enseigner et d’étudier les Belles-Lettres par rapport à l’esprit et au cœur*. 4 vols. Paris: Jacques Estienne.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1995) [1762]. *Émile ou de l’éducation. Introduction et notes de Pierre Burgelin*. Paris: Gallimard.

SILVA, Ana (2006). *Inventando a nação – intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.

SILVA, Innocêncio (1883). *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. X.

VERNEY, Luís (1949-1952) [1746]. *Verdadeiro Método de Estudar*. Edição org. por Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

VILLENEUVE, Joana (1767). *A aia vigilante ou reflexão sobre a educação de meninos, desde a infância até à adolescência, que à Ill.ma e Ex.ma Senhora Condessa de Oeiras offerece D. Joanna Rousseau de Villeneuve*. Lisboa: Oficina de António Vicente da Silva.